

Constrangimentos marcam rescisões de trabalho

De acordo com levantamento do Sinpro/RS, de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 foram realizadas no Sindicato 1.429 rescisões de contrato de trabalho de professores de todos os níveis educacionais do ensino privado – 15% superior ao efetuado no mesmo período do ano passado. O Sinpro/RS acompanha, anualmente, as rescisões contratuais de final de ano com o objetivo de apoiar os professores neste momento difícil e disponibilizar sua assessoria jurídica e psicológica.

“As instituições gaúchas de ensino privado, cada vez mais, apresentam despreparo para lidar com seus professores no acompanhamento de seu trabalho, optando por demitir sumariamente os professores no final do ano letivo”, afirma Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “Existe pouca assessoria ao professor durante o ano para, se for o caso, planejar um redirecionamento do trabalho docente. Este é um período de muito tensionamento e ansiedade para a maioria dos professores”.

A principal queixa é a surpresa com a demissão. “Nunca tinham me chamado para conversar sobre o meu trabalho, dizer se estava bom ou ruim”, conta uma professora que atuava há um ano e meio no Ensino Médio de uma escola privada da capital. A carga horária, alegação recorrente nas escolas, também foi constatada de forma inconsistente nas rescisões feitas no Sindicato. “Alegaram que eu tinha pouca carga horária, o que não faz sentido, pois existem professores com carga horária menor ou igual na escola”, lembra a docente.

SAÚDE – A exemplo de 2010, o Sinpro/RS identificou que o afastamento do trabalho por motivos de saúde ainda tem gerado muitas demissões na volta do docente às suas atividades. Uma professora com cinco anos de escola e que teve depressão pós-parto foi demitida durante atestado de saúde. “A escola me ligava todo dia pra saber quando eu ia voltar. Não alegaram nada na minha demissão, apenas agradeceram o trabalho prestado até ali”, conta a professora.

Os casos de demissão próximos ao período de estabilidade também continuam ocorrendo e são acompanhados de perto pelo jurídico do Sindicato. Uma professora da educação básica que estava prestes a entrar na estabilidade por idade teve que fazer uma cirurgia no joelho e foi demitida na volta por dois dos três colégios que lecionava. “Uma das escolas alegou que eu não tinha mais o mesmo pique, e contratou uma jovem recém-formada, e a outra alegou reformulação. Deixei todo o planejamento para 2011 pronto”, relata. Outro ponto que ela destaca são os convites para atividades nos sábados que não são remuneradas, como expõe outra professora com 19 anos de magistério e 15 na mesma escola. “Havia aqueles eventos em que ficava chato não participar, o que acabava fazendo o

professor trabalhar todos os sábados do ano, quando o correto são apenas seis”. Após ter depressão e síndrome do pânico, a professora desistiu de lecionar e está procurando emprego em outras áreas. “Não posso mais me imaginar numa sala de aula”, desabafa.

ASSÉDIO MORAL – A desautorização do professor também continua recorrente nas rescisões. Professores denunciaram a adulteração de notas no sistema e no caderno de chamadas pela direção de escola para aprovar alunos que estavam em recuperação. “Se os pais reclamam na direção, a orientação é sempre fazer o que os pais pediram e isso vai frustrando o professor, porque a gente fica sem argumentos em sala de aula. Eu tinha até medo, pois não sabia o que podia ou o que não podia falar para um aluno”, lembra uma professora.

Já outro professor conta que quando foi contratado os alunos diziam que a disciplina dele não reprovava. “Tive problemas de disciplina com os alunos e fui chamado na direção porque não estava agindo de acordo com o que a escola queria. Só que nunca tinham me dito como agir. Os alunos ficavam sabendo e faziam piada do fato de chamarem minha atenção, e algumas vezes fui tirado de sala de aula para isso”. O professor contou que havia uma turma com 46 alunos, número acima do indicado para o Ensino Médio.

Outros três professores de uma instituição de Educação Superior foram demitidos sob a alegação de reestruturação de carga horária. No entanto, acreditam que a motivação foi política, devido ao envolvimento deles em eleições internas do curso, que não se concretizou. “A instituição menospreza a inteligência do professor ao alegar motivos que não são os reais na demissão. O que eles fazem na demissão, sim é assédio moral. A ameaça é velada”, destaca um deles.



Rescisões tiveram um crescimento de 15% em relação a 2010

NAP dá apoio psicológico

O Núcleo de Apoio do Professor Contra a Violência – NAP, do Sinpro/RS, vem realizando durante todo o período de recesso encontros com professores demitidos que são acompanhados por um especialista, com o objetivo de ajudar o professor diante dos sentimentos de rejeição e dificuldade de lidar com a situação. Demissões feitas por um funcionário do RH e sem explicações, e não pela direção ou coordenação que acompanha o professor, são uma realidade. “As escolas têm todo um discurso de ser uma família, criam uma ligação emocional com o professor, e no momento da demissão isso cai por terra”, destaca Roséli Maria Olabariaga Cabistani, psicanalista e assessora do NAP, além de professora da Ufrgs e da Associação Psicanalítica de Porto Alegre – Appoa. Roséli explica que os professores se sentem profundamente alijados, não reconhecidos e desvalorizados

Foto: René Cabral

com a forma como as demissões são feitas. “Eles acabam criando estratégias defensivas, têm dificuldade de reconhecer a perda. E esse desprestígio atinge a identidade do professor”, avalia a psicanalista.

UERG

Entidades querem concurso para docentes

Representantes do Sinpro/RS, Aduergs, Assuergs e Semapi participaram de audiência no Ministério Público Estadual, dia 23 de fevereiro, em que o governo anunciou a abertura de contrato emergencial para 60 professores para a Uergs. As entidades condicionaram a aceitação da medida à abertura de edital para concurso. “Vamos elaborar um documento ao MP pedindo que junto aos contratos emergenciais seja aberto edital de concurso para 120 professores, número que a Universidade precisa para atender com mais qualidade”, informa Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS. O MP se comprometeu em encaminhar com o pedido ao governo. A contratação de professores faz parte

das reivindicações feitas em janeiro por meio de documento conjunto das entidades. Restam ainda a implantação do Plano de Carreira e o projeto de autonomia orçamentária.

NEGOCIAÇÃO 2011 – As reivindicações 2011 dos professores da Uergs foram aprovadas em assembleia na sede do Sinpro/RS no dia 18 de fevereiro e tem como foco a implementação do Plano de Carreira até agosto de 2011, além do reajuste com reposição do INPC, 3,61% de resíduo passado e 5% de aumento real. Os professores também reivindicam adicional de titulação; atividades de 40 horas com o máximo de 16 horas em sala de aula e recesso com pagamento de 100%.

SANTA ROSA DE LIMA Fechamento

Em janeiro, o Colégio Santa Rosa de Lima, de Porto Alegre, depois de 45 anos, deixou de funcionar. Desde 1982 a escola era gerida por uma fundação gerenciada por pais de alunos e foi pioneira na implantação dos pós-construtivismo. Os professores, em assembleia com o Sinpro/RS, foram orientados sobre suas rescisões que se realizaram na sede do Sindicato em fevereiro. Sani Cardon, diretor do Sinpro/RS, lamenta o fechamento. “Durante muitos anos os professores abriram mão de conquistas trabalhistas para viabilizar a escola. No entanto, mesmo com todo o compromisso e dedicação dos docentes, a administração não conseguiu dar sequência ao projeto”.